

FACULDADES OPET

REGIMENTO

2014

SUMÁRIO

Título I - Da Instituição e seus Objetivos.....	3
Título II - Da Estrutura Organizacional.....	5
Capítulo I - Dos Órgãos.....	5
Seção I - Do Conselho Superior (CONSU).....	5
Seção II - Da Direção Geral.....	8
Seção III - Do Colegiado de Cursos	10
Seção IV - Das Coordenações de Cursos e de Programas	11
Seção V - Da Coordenação do Instituto Superior de Educação - ISE	13
Seção VI - Do Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	13
Seção VII - Da Comissão Própria De Avaliação - CPA	14
Seção VIII - Dos Órgãos de Apoio.....	16
Título III - Da Atividade Acadêmica	16
Capítulo II - Do Ensino	16
Capítulo III - Da Extensão.....	17
Capítulo IV - Da Pesquisa	17
Capítulo V - Do Instituto Superior de Educação	18
Seção I - Da Academia dos Professores.....	19
Seção II - Do Curso Formação de Docentes	19
Seção III - Dos Cursos de Licenciatura	20
Seção IV - Dos Programas de Formação Continuada.....	21
Seção V - Dos Programas Especiais de Formação Pedagógica.....	21
Título IV - Do Regime Acadêmico	21
Capítulo VI - Do Período Letivo	21
Capítulo VII - Da admissão aos Cursos.....	22
Capítulo VIII - Do Processo Seletivo	23
Capítulo IX - Da Matrícula	24
Capítulo X - Do Trancamento de Matrícula	25
Capítulo XI - Das Transferências.....	25
Capítulo XII - Da Avaliação do Desempenho Acadêmico nos Bacharelados e Licenciaturas Presenciais.....	27

Capítulo XIII - Da Avaliação do Desempenho Acadêmico nos Cursos de Tecnologia Presencial	29
Capítulo XIV - Da Avaliação do Desempenho Acadêmico nos Cursos Tecnológicos, Bacharelado e Licenciatura a Distância	31
Capítulo XV - Do Tratamento Excepcional	33
Capítulo XVI - Dos Estágios Supervisionados	34
Capítulo XVII - Dos Trabalhos de Conclusão de Curso	34
Título V - Da Comunidade Acadêmica	34
Capítulo XVIII - Do Corpo Docente	34
Capítulo XIX - Do Corpo Discente	36
Capítulo XX - Do Corpo Técnico-Administrativo	37
Título VI – Do Regime Disciplinar	38
Capítulo XXI - Do Regime Disciplinar Geral	38
Capítulo XXII - Do Regime Disciplinar do Corpo Docente	38
Capítulo XXIII - Do Regime Disciplinar do Corpo Discente	39
Capítulo XXIV - Do Regime Disciplinar do Corpo Técnico-Administrativo	41
Título VII - Dos Títulos e Dignidades Acadêmicas	42
Título VIII - Das Relações entre a Mantenedora e a Faculdade	43
Título IX - Disposições Gerais	44

REGIMENTO DAS FACULDADES OPET

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º. As Faculdades OPET, credenciadas pela Portaria nº 50/1999 (DOU de 18/01/1999) com Sede no município de Curitiba, estado do Paraná, constituem instituição privada de educação superior, em sentido estrito, mantida pela Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda. – OPET, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 75.118.406/0001-72, com sede e foro na cidade de Curitiba e registrado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41 20048787-0.

Parágrafo único - As Faculdades OPET, doravante apenas Faculdade, regem-se pelo presente Regimento, por normativas internas e pela legislação do ensino superior e pelo estatuto da Mantenedora.

Art.2º. A Faculdade tem os seguintes objetivos:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art.3º. A Faculdade tem como missão:

Educar para o pleno desenvolvimento pessoal, exercício da cidadania e formação para o trabalho, oferecendo às crianças, jovens e adultos as condições necessárias à construção e aplicação do conhecimento em benefício da sociedade.

Art.4º. A Faculdade tem como valores:

SUSTENTABILIDADE: Nosso desenvolvimento econômico e material está diretamente relacionado ao sucesso das nossas operações. Priorizamos o uso dos recursos de forma inteligente e evitamos o desperdício garantindo a viabilidade de nossos negócios com vistas às gerações futuras.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: Nossas atividades e recursos são empregados de forma a contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente mais íntegro. Promovemos o desenvolvimento e a inclusão social através da educação, da capacitação e da valorização do ser humano.

INOVAÇÃO E PIONEIRISMO: Nossa estratégia competitiva baseia-se na concepção, desenvolvimento e gestão de processos que continuamente agregam valor à produção de conhecimento. Nossa gente é comprometida em despertar o interesse pelo novo.

TRANSFORMAÇÃO PELA EDUCAÇÃO: Nossas práticas pedagógicas promovem o conhecimento de maneiras diferentes, sempre com vistas à formação integral e o exercício da cidadania. Esforçamo-nos em aplicar metodologias inovadoras para que nossos alunos possam desenvolver plenamente seus potenciais.

ESPÍRITO DE EQUIPE: Nosso ambiente de trabalho é participativo e acolhedor de novas ideias e diálogos honestos. A sinergia e o respeito entre nossos

colaboradores contribuem sobremaneira para a busca da excelência nos resultados e confiança no futuro.

QUALIDADE EM TUDO QUE FAZEMOS: Nossa gestão é orientada a estabelecer uma consciência de qualidade com vistas a excelência no pensar, agir e produzir. Buscamos atender de forma confiável e no tempo certo as necessidades exigidas sobre os nossos processos e serviços.

CONSTRUÇÃO CONJUNTA: Buscamos um modelo educacional diferenciado e pioneiro que se baseia na cooperação entre entidades e instituições de interesses comuns. Acreditamos que o desenvolvimento e o melhor resultado advêm da convergência de intenções.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS

Art. 5º. As Faculdades OPET contam em sua estrutura organizacional, com os seguintes órgãos deliberativos e executivos, sendo assegurado a Mantenedora o poder de veto em questões financeiras:

- I.** Conselho Superior (CONSU);
- II.** Direção Geral;
- III.** Colegiado de cursos;
- IV.** Coordenações de cursos e de programas;
- V.** Coordenação do Instituto Superior de Educação - ISE;
- VI.** Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- VII.** Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- VIII.** Órgãos de apoio.

Parágrafo único - São órgãos de apoio da Faculdade a Biblioteca e Secretaria Geral.

Seção I - Do Conselho Superior (CONSU)

Art. 6º. O Conselho Superior - CONSU, é órgão de natureza normativa, deliberativa, consultiva e instância recursal máxima das Faculdades OPET, tem por objetivo apoiar a gestão administrativa e acadêmica, é constituído:

- I** – pelo Diretor Geral, seu presidente nato;
- II** – pelos Coordenadores dos cursos e de Programas;
- III** – pela Coordenação do ISE;
- IV** – pela Coordenação da CPA;
- V** – Pela Secretária Acadêmica;
- VI** – por dois representantes do Corpo Docente, indicados por seus pares, e escolhidos pelo Diretor Geral;
- VII** – por um representante da comunidade, escolhido pelo Diretor Geral;
- VIII** – por um representante da Mantenedora, por ela indicado;
- IX** – por um representante do corpo técnico-administrativo indicado por seus pares;
- X** – por um representante do Corpo Discente, indicados por seus pares.

§ 1º O mandato dos representantes previstos nos incisos I a V tem duração enquanto os mesmos ocuparem os respectivos cargos.

§ 2º O mandato dos representantes previstos nos incisos VI a X é de dois anos, podendo ser reconduzido.

Art. 7º. Compete ao Conselho Superior:

- I** – deliberar e aprovar, em instância final, sobre a criação, organização e extinção de cursos de graduação e programas de educação superior, fixando-lhes as vagas anuais, mediante prévia autorização do Conselho Nacional de Educação;
- II** – Aprovar o funcionamento de cursos de pós-graduação;
- III** – Aprovar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
- IV** – Aprovar os planos, programas e projetos de Iniciação científica, produção artística e atividades de extensão;
- V** – Aprovar as alterações do Regimento das Faculdades OPET;
- VI** – Aprovar as alterações e atualizações do PDI;

VII – emitir parecer sobre contratos, acordos e convênios que lhe forem submetidos pelo Diretor Geral;

VIII – aprovar o orçamento e o plano anual de atividades das Faculdades;

IX – decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos;

X – aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade;

XI – emitir parecer sobre o plano de carreira docente;

XII – deliberar e aprovar, em instância final, sobre normas e instruções para o processo de avaliação institucional;

XIII – decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;

XIV – avaliar e aprovar os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor;

XV – Deliberar e aprovar as Instruções Normativas e ou Portarias e regulamentos internos propostos;

XVI – exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Art. 8º. Ao Conselho Superior, aplicam-se as seguintes normas:

I – o Conselho Superior funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos neste Regimento;

II – o presidente do Conselho Superior, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;

III – as reuniões de caráter solene são públicas e realizam-se com qualquer número de participantes;

IV – das reuniões é lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;

V – é obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões do Conselho Superior.

§ 1º São adotadas as seguintes normas nas votações:

a) nas decisões atinentes a pessoas, a votação é, sempre, secreta;

b) nos demais casos, a votação é simbólica, podendo, mediante requerimento aprovado, ser aberta ou secreta;

c) não é admitido o voto por procuração;

d) os membros do Conselho Superior, que acumulem cargos ou funções, têm direito a, um voto por cargo.

§ 2º As decisões do Conselho Superior podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, deliberações, portarias ou instruções normativas, a serem baixadas pelo Diretor.

Art. 9º. O Conselho Superior reúne-se, ordinariamente, uma vez em cada semestre, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Diretor ou a requerimento de dois terços dos respectivos membros, com pauta definida.

Art. 10. O Diretor Geral pode pedir reexame das decisões dos colegiados superiores, até quinze dias após a reunião em que tiverem sido tomadas, convocando o respectivo colegiado para conhecimento de suas razões e para deliberação final.

§ 1º O acolhimento ao pedido de reexame pode ocorrer somente pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros componentes do respectivo Colegiado.

§ 2º Da rejeição ao pedido, em matéria que envolva assunto econômico-financeiro, há recurso *ex officio* para a Mantenedora, dentro de dez dias, sendo a decisão desta considerada final sobre a matéria.

Seção II - Da Direção Geral

Art. 11. A Direção Geral, exercida pelo Diretor Geral, é o órgão executivo superior de gestão de todas as atividades da Faculdade.

Art. 12. O Diretor Geral é designado pela Mantenedora.

Art. 13. São atribuições do Diretor Geral:

- I** – superintender todas as funções e serviços da Faculdade;
- II** – representar a Faculdade perante as autoridades e as instituições de ensino;

III – propor a criação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, e as vagas respectivas, assim como linhas ou projetos de pesquisa;

IV – convocar e presidir as reuniões do CONSU;

V – elaborar o plano anual de atividades e submetê-lo à aprovação do CONSU;

VI – elaborar a proposta orçamentária;

VII – elaborar o relatório anual das atividades da Faculdade e submetê-lo à apreciação do CONSU;

VIII – conferir graus, assinar diplomas, títulos e certificados;

IX – zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito da Faculdade, respondendo por abuso ou omissão;

X – propor à Mantenedora a contratação ou dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;

XI – promover as ações necessárias à autorização e reconhecimento e renovações de reconhecimento de cursos, assim como as relativas à renovação do credenciamento da Faculdade;

XII – designar os representantes junto aos órgãos colegiados, assim como os ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia, coordenação, assessoramento ou consultoria;

XIII – deliberar e aprovar publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da Faculdade;

XIV – cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e demais normas pertinentes;

XV – homologar ou pedir reexame das decisões dos Colegiados Superiores;

XVI – estabelecer normas, complementares a este Regimento, para o funcionamento dos setores acadêmico, técnico e de apoio administrativo;

XVII – exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento;

XVIII – delegar competências, sem prejuízo de sua responsabilidade;

XIX – supervisionar as atividades da Secretaria Acadêmica;

XX – avaliar os relatórios semestrais dos cursos;

XXI – opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

XXII – deliberar sobre os projetos de ensino, iniciação científica e de extensão que lhe forem apresentados, para posterior decisão do Conselho Superior;

XXIII – aprovar o plano e o calendário anual de atividades dos Coordenadores;

XXIV – Constituir a CPA e acompanhar a realização da avaliação institucional da Faculdade;

XXV – Instituir Comissões permanentes ou temporárias com atribuições específicas;

XXVI – distribuir encargos de ensino, iniciação científica e extensão entre os professores, respeitadas as áreas de especialização;

XXVII – deliberar sobre os projetos de ensino, iniciação científica, pós-graduação e extensão, suas respectivas vagas, bem como linhas ou projetos de pesquisa;

XXVIII – deliberar e aprovar sobre os pedidos de matrícula, trancamento de matrícula e transferência;

XXIX – supervisionar os coordenadores de curso e NDE em suas atribuições;

XXX – resolver os casos omissos neste Regimento, *ad referendum* do CONSU.

Seção III - Do Colegiado de Cursos

Art. 14. A coordenação didática-Pedagógica de cada curso ficará a cargo de um Colegiado, órgão recursal nas questões de natureza acadêmicas do curso, é constituído pelo Coordenador do curso, seu presidente e por todos os professores do curso e um aluno, eleitos por seus pares.

§ 1º O mandato dos alunos é de um ano podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 15. São atribuições do Colegiado de Curso:

I – Sugerir, planejar e apresentar programações semestrais que venham a aperfeiçoar a dinâmica didática e pedagógica do curso;

II – propor projetos e programas que venham a aperfeiçoar o desenvolvimento do curso;

III – propor alterações na matriz curricular e no ementário dos cursos, sugerindo inclusive novas disciplinas, visando o aproveitamento de seu potencial de profissionalização;

IV – deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, atendidas as diretrizes curriculares nacionais pertinentes e observando as normas institucionais;

V – exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei;

Art. 16. O Colegiado de curso reúne-se ordinariamente uma vez por semestre, ou quando convocado por solicitação do coordenador do curso ou por um terço dos membros.

Seção IV - Das Coordenações de Cursos e de Programas

Art. 17. A Coordenação de cursos e de programas é exercida por um coordenador nomeado pelo Diretor Geral, sendo o responsável pelo planejamento, supervisão, coordenação e execução das atividades de ensino iniciação científica e extensão do curso.

Art. 18. São atribuições dos Coordenadores, designados pelo Diretor Geral:

I – Superintender todas as atividades do curso, representando-o junto às autoridades e órgãos da Faculdade;

II – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso com direito a voto;

III – Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;

IV – Apresentar, semestralmente, ao Diretor Geral, relatório de suas atividades e de seu curso;

V – Decidir sobre a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;

VI – Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;

VII – Exercer o acompanhamento dos indicadores de matrícula e de evasão;

VIII – Exercer o acompanhamento dos indicadores financeiros do curso;

IX – Aprovar os programas e planos de ensino das disciplinas;

X – Deliberar e aprovar sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

XI – Designar professores para efetivar o acompanhamento e orientação de estágio supervisionado;

XII – Aplicar nos cursos padrões de qualidade definidos pelo MEC;

XIII – Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não docente;

XIV – Distribuir encargos de ensino, iniciação científica e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;

XV – Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos de graduação ou pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e programas de extensão ou eventos extracurriculares;

XVI – Propor a admissão de monitor;

XVII – Estender a conscientização e envolvimento do curso em questões relativas à responsabilidade social e ambiental;

XVIII – Realizar as tarefas que envolvem o Processo ENADE, relacionadas a inscrição, orientação e acompanhamento dos alunos e preenchimento do questionário do coordenador;

XIX – Apresentar à Direção Geral semestralmente, proposta de aquisição de material bibliográfico do curso atualizado;

XX – Aplicar as sanções disciplinares, na forma deste Regimento;

XXI – delegar competências, sem prejuízo de sua responsabilidade;

XXII – Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Seção V - Da Coordenação do Instituto Superior de Educação - ISE

Art. 19. A Coordenação do Instituto Superior de Educação é exercida por um coordenador nomeado pelo Diretor Geral, sendo responsável por articular a formação, execução e avaliação dos cursos das áreas de Licenciatura.

Art. 20. As atribuições deste Coordenador são as mesmas do Coordenador de Curso.

Seção VI - Do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Art. 21. Compete ao Núcleo Docente Estruturante - NDE dos cursos da Faculdade, o órgão consultivo do curso o qual se constitui de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

§ 1º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso, e melhoria do Projeto Pedagógico do Curso;

II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas de ensino-aprendizagem do curso;

III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV. incentivar e contribuir para melhoria das atividades complementares de Estudos Dirigidos;

V. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso;

VI. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso;

VII. assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

§ 2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será constituído de:

I. Coordenador do Curso, como seu presidente;

II. no mínimo 4 (quatro) professores pertencentes ao corpo docente do curso, indicados pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução;

§ 3º. Compete ao presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I. convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;

II. representar o NDE junto aos órgãos da instituição;

III. encaminhar as deliberações do Núcleo;

IV. designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;

V. coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

§ 4º. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 (duas) vezes por, ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

§5º. Todos os membros do NDE devem possuir regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

§6º. Ser constituído por pelo menos 60% dos membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Seção VII - Da Comissão Própria De Avaliação - CPA

Art. 22. A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Instituição, como estabelece a Lei nº 10.861/2004, tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da IES, tendo como atribuição a condução dos processos de avaliação internos.

Parágrafo Único - A Comissão Própria de Avaliação é composta conforme determina a legislação e é nomeada pelo Diretor Geral.

Art. 23. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (corpo docente, técnico-administrativo e discente) e da sociedade externa à Faculdade (membro da sociedade civil organizada).

Art. 24. A CPA, é responsável pelas seguintes atribuições:

I – coordenar e articular o processo de autoavaliação institucional e de cursos;

II – Promover a participação de toda a comunidade acadêmica no processo de autoavaliação;

III – Elaborar cronograma de trabalho, divulgando-o amplamente para conhecimento da comunidade acadêmica e externa;

IV – Elaborar e executar o programa de autoavaliação institucional;

V – Implementar ações visando à sensibilização da comunidade acadêmica para o processo de avaliação institucional;

VI – Sistematizar os dados Institucionais necessários para emissão dos relatórios do processo de avaliação internos da instituição;

VII – organizar os relatórios dos processos de Avaliação;

VIII – divulgar os resultados consolidados da avaliação interna;

IX – examinar os relatórios da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos;

X – examinar os resultados de desempenho dos alunos no ENADE;

XI – Averiguar e acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

XII – Averiguar e acompanhar os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos (PPC);

XIII – Conhecer o Perfil do Ingressante e Egresso;

XIV – extrair indicativos para tomada de decisão nas diversas instâncias da Faculdade;

XV – Representar a IES quando da convocação das comissões de avaliação externa.

XVI – elaborar anualmente conforme a legislação, relatório da avaliação institucional, encaminhando à Direção Geral para divulgação aos órgãos internos e comunidade em Geral, bem como aos órgãos reguladores;

XVII – Elaborar a estrutura e o conteúdo do relato Institucional, conforme legislação vigente.

XVIII – Elaborar e disponibilizar o relato institucional, contendo o progresso e a evolução institucional.

Seção VIII - Dos Órgãos de Apoio

Art. 25. Os Órgãos de Apoio são vinculados à Diretoria Geral e tem o propósito de desenvolver atividades fundamentais da Faculdade.

Parágrafo Primeiro - As atribuições e funcionamento de cada órgão de apoio serão regulamentados pela Direção Geral, respeitadas as disposições legais e aplicáveis nesse regimento.

Parágrafo Segundo - Os Órgãos de Apoio podem ser criados ou extintos em função das necessidades pedagógicas e ou administrativas, por intermédio de ato da Direção Geral.

TÍTULO III

DA ATIVIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO II

DO ENSINO

Art. 26. A Faculdade poderá oferecer os seguintes cursos, presenciais e a distância:

I – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

II – de pós-graduação, compreendendo programas de doutorado, mestrado, especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam a eventuais requisitos específicos constantes dos respectivos programas;

III – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelo Conselho Superior.

Art. 27. Os currículos plenos dos cursos de graduação são fixados pela Faculdade, a partir das diretrizes curriculares emanadas do Poder Público.

Parágrafo único - A Faculdade informará aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de

avaliação, e os demais aspectos necessários ao regular funcionamento das atividades educacionais, que serão amplamente divulgados entre a comunidade acadêmica, integrando o catálogo de curso da Faculdade, de forma impressa e on-line, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

CAPÍTULO III DA EXTENSÃO

Art. 28. A Faculdade mantém atividades de extensão, mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de sua atuação.

Art. 29. As atividades extensionistas são coordenadas por professor designado pelo Diretor.

Parágrafo único. Os programas de extensão podem ser coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor.

Art. 30. Incumbe ao CONSU regulamentar as atividades de extensão nos aspectos relativos à sua organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

CAPÍTULO IV DA PESQUISA

Art. 31. A Faculdade **poderá** manter atividades de pesquisa, mediante oferta de incentivos para a qualificação dos seus recursos humanos, melhoria permanente do ensino de graduação, atualização das estruturas curriculares e inovação dos métodos e técnicas de ensino.

Parágrafo único - As atividades de pesquisa serão coordenadas pelo Diretor Geral e administradas por um coordenador, por ele designado, quando interessarem a mais de um curso.

CAPÍTULO V

DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Art. 32. O Instituto Superior de Educação é uma instância de Coordenação, responsável por articular a formação, execução e avaliação dos cursos das áreas de Licenciatura.

Parágrafo único: a coordenação do ISE será realizada por coordenação designada pelo Diretor Geral.

Art. 33. O Instituto tem como objetivos:

I – A formação de profissionais para o exercício da docência na educação infantil;

II – A formação de profissionais para magistério dos anos iniciais do ensino fundamental;

III – A formação de profissionais destinados à docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;

IV – A gestão, planejamento e pesquisa, coordenação pedagógica, supervisão, direção de unidades escolares e sistemas de ensino.

Art. 34. O ISE- OPET pode ministrar as seguintes modalidades de cursos e programas:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso pedagogia, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – cursos de licenciaturas destinados à formação de docentes e a formação de gestores para a educação Básica;

III – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior;

IV – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Parágrafo Primeiro - O curso de pedagogia e os demais cursos de licenciatura serão regidos conforme determina as diretrizes curriculares, aprovadas pelo CNE – Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo Segundo - A parte prática da formação será desenvolvida em escolas de educação básica e compreenderá a participação do estudante na preparação de aulas e no trabalho de classe em geral e o acompanhamento da proposta pedagógica da escola, incluindo a relação com a família dos alunos e a comunidade.

Parágrafo Terceiro - Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução de carga horária do estágio curricular supervisionado, nos termos da legislação em vigor.

Seção I - Da Academia dos Professores

Art. 35. A Academia dos Professores terá uma coordenação formalmente constituída, responsável por articular a formação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores.

§ 1º. O Coordenador será designado pela Direção Geral.

§ 2º. O corpo docente da Academia participará, em seu conjunto, da elaboração, execução e avaliação dos respectivos projetos pedagógicos específicos.

Seção II - Do Curso Formação de Docentes

Art. 36. O Curso Formação de Docentes, aberto aos concluintes do ensino médio, deverá preparar profissionais capazes de:

I – promover práticas educativas que considerem o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físico, psicossocial e cognitivo-linguístico;

II – conhecer e adequar os conteúdos da língua portuguesa, matemática, de outras linguagens e códigos, do mundo físico e natural e da realidade social e política, de modo a assegurar a aprendizagem pelos alunos a partir de seis anos.

Parágrafo único - A formação mencionada nos incisos I e II do *caput* deste artigo poderá oferecer, a critério do Instituto Superior de Educação, a preparação específica em áreas de atuação profissional, tais como:

I – cuidado e educação em creches;

II – ensino em classes de educação infantil;

III – atendimento e educação inclusive de portadores de necessidades educativas especiais;

IV – educação de comunidades indígenas;

V – educação de jovens e adultos, equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental.

Art. 37. A conclusão do Curso Formação de Docentes dará direito a diploma de licenciado com habilitação para atuar na educação infantil ou para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental.

Parágrafo único - É permitida mais de uma habilitação, mediante complementação de estudos.

Seção III - Dos Cursos de Licenciatura

Art. 38. Os cursos de licenciatura do ISE estarão abertos aos concluintes do ensino médio e serão destinados à docência nos anos finais do ensino fundamental e à docência no ensino médio.

§ 1º Os cursos referidos no *caput* deste artigo serão organizados em habilitações, polivalentes ou especializadas, por disciplina ou área de conhecimento.

§ 2º A conclusão do curso de licenciatura dará direito a diploma de licenciado para a docência nos anos finais do ensino fundamental e para a docência no ensino médio, com a habilitação prevista.

Art. 39. O programa de cada disciplina, sob a forma de plano de ensino, é elaborado pelo respectivo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso.

Art. 40. É obrigatório o cumprimento integral do conteúdo e carga horária, estabelecidos no plano de ensino de cada disciplina.

Seção IV - Dos Programas de Formação Continuada

Art. 41. Os programas de formação continuada estarão abertos aos profissionais da educação básica nos diversos níveis, sendo organizados de modo a permitir atualização profissional, obedecida a legislação pertinente.

§ 1º. Os programas de ação continuada para professores terão duração variável, dependendo de seus objetivos e das características dos profissionais neles matriculados.

§ 2º. A conclusão de programas de formação continuada dará direito a certificado.

Seção V - Dos Programas Especiais de Formação Pedagógica

Art. 42. Os programas especiais de formação pedagógica têm como finalidade, oferecer sólida base de conhecimentos na área de estudos aos portadores de diploma de nível superior, em cursos relacionados à habilitação pretendida, estruturados em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo único - A Coordenação de curso se encarregará de verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a disciplina para a qual pretende habilitar-se.

TÍTULO IV DO REGIME ACADÊMICO CAPÍTULO VI DO PERÍODO LETIVO

Art. 43. O ano letivo, independente do civil, abrange, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, distribuídos em períodos letivos regulares semestrais, não computados os dias reservados aos exames finais, quando houver.

Parágrafo único - O período letivo prolongar-se-á sempre que necessário para que se completem os dias letivos previstos, bem como para integral cumprimento do conteúdo e duração estabelecidos nos programas das disciplinas ou unidades curriculares ministradas nos cursos de graduação.

Art. 44. As atividades da Faculdade são programadas anualmente, em calendário, do qual deve constar, pelo menos, o início e o encerramento dos períodos letivos de matrícula, de transferências e de trancamento de matrículas.

Art. 45. Entre os períodos regulares podem ser executados programas de ensino, iniciação científica e extensão extracurriculares ou curriculares, sendo que, para as disciplinas ou unidades curriculares e atividades curriculares, as exigências são iguais, em conteúdo, carga horária, trabalho escolar e critério de aprovação, às dos períodos regulares.

Art. 46. A Diretoria da Faculdade divulga, anualmente, junto a secretaria de alunos, junto a biblioteca e na página eletrônica da faculdade as condições de oferta dos cursos.

CAPÍTULO VII

DA ADMISSÃO AOS CURSOS

Art. 47. A admissão aos Cursos mantidos pela Faculdade faz-se com atendimento às seguintes condições:

I – Nos cursos de Graduação, aos(às) Candidatos(as):

- a) Com Curso de Ensino Médio, ou equivalente, concluído e que tenham sido classificados em processo seletivo da instituição ou por ela reconhecidos;
- b) Portadores(as) de diploma de Ensino Superior, devidamente registrado por órgão competente.
- c) Vinculados(as) a outras Instituições, através de transferências de cursos e transferência ex officio, segundo legislação;

d) Que, havendo perdido o vínculo com a Instituição, pleiteia reintegração e que atenda as exigências legais;

e) Estrangeiros(as), com Curso de Ensino Médio ou equivalente, com exigência de comprovação de proficiência na Língua Portuguesa.

II – Nos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, aos portadores de Diploma de Graduação registrado, segundo o estabelecido pelo programa em oferta.

III – Nos Cursos da Educação Continuada, aqueles que atendam aos requisitos estabelecidos pelo regulamento próprio de cada curso.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 48. A admissão de estudantes na Faculdade será realizada mediante processo seletivo que consiste na aplicação de provas que avaliem as competências e habilidades esperadas dos egressos do ensino médio ou equivalente.

Art. 49. As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos, com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

§ 1º. Na hipótese de restarem vagas, poder-se-á realizar novo processo seletivo ou receber matrículas de portadores de diploma de graduação devidamente registrado.

§2º. A divulgação do edital, seguirá as normas da legislação vigente, podendo ser feita de forma resumida, indicando, todavia, o local onde podem ser obtidas as demais informações, incluindo o catálogo institucional.

§ 3º. Os critérios e normas de seleção e admissão devem levar em conta os efeitos dos mesmos sobre a orientação do ensino médio e a articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

CAPÍTULO IX DA MATRÍCULA

Art. 50. A matrícula, ato formal de ingresso no curso e vinculação à Faculdade, realiza-se na Secretaria, em prazo estabelecido no calendário acadêmico, instruído o requerimento, com a documentação disciplinada pela Direção Geral.

Art. 51. O candidato, classificado, que não se apresentar para matrícula, dentro do prazo estabelecido, com todos os documentos exigidos, perde o direito à matrícula e ao vínculo institucional.

§ 1º. Nenhuma justificativa pode eximir o candidato da apresentação, no prazo devido, dos documentos exigidos, motivo pelo qual, no ato de sua inscrição, deve tomar ciência desta obrigação.

§ 2º. O eventual pagamento de encargos educacionais não dá direito à matrícula, caso o candidato não apresente os documentos previstos no edital.

§ 3º. Quando a matrícula for realizada por procurador, este deverá apresentar o seu documento de identidade e a cópia da carteira de identidade do aluno.

§ 4º. Constatada, a qualquer tempo, falsidade ou irregularidade na documentação apresentada para matrícula, ou verificando-se que efetivamente o aluno não teria direito a ela, a Secretaria Acadêmica com deferimento do Conselho Superior procederá ao cancelamento da mesma sem prejuízos das demais ações cabíveis.

§ 5º. No ato da entrega dos documentos necessários para a matrícula, deverá ser assinado pelo aluno ou responsável o contrato de prestação de serviços educacionais.

Art. 52. A matrícula deve ser renovada, em cada período letivo, nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

§ 1º. Ressalvados os casos previstos neste Regimento, a não renovação de matrícula, no prazo regulamentar, implica abandono do curso e desvinculação do aluno da Faculdade.

§ 2º. O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o contrato de prestação de serviços educacionais e o comprovante de pagamento ou isenção dos encargos educacionais, bem como de quitação de parcelas referentes ao semestre ou ano letivo anterior.

CAPÍTULO X

DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 53. Pode ser concedido o trancamento de matrícula para efeito de, interrompidos os estudos, manter o aluno sua vinculação com a Faculdade e seu direito à renovação de matrícula.

§ 1º. Do requerimento de trancamento de matrícula deverá constar, expressamente, o período de sua duração.

§ 2º. Não são concedidos trancamentos de mais de 2 (dois) anos letivos consecutivos.

§ 3º. Os períodos letivos em que a matrícula estiver trancada não são computados para efeito de verificação do tempo máximo de integralização do curso, observador do PPC.

Art. 54. O retorno aos estudos obriga o aluno, que tiver trancado a matrícula, a cumprir o currículo vigente no ato da matrícula.

Art. 55. Ocorrendo vaga ao longo do curso pode ser concedida matrícula avulsa, em disciplinas de curso de graduação ou pós-graduação, a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, após processo seletivo.

CAPÍTULO XI

DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 56. A Faculdade, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, a não ser nos casos previstos em lei, pode aceitar transferências de alunos provenientes de instituições de educação superior nacionais ou estrangeiras, na

estrita conformidade das vagas existentes e de acordo com as exigências legais pertinentes.

§ 1º. Os componentes curriculares do curso de origem, cursados com aproveitamento pelo estudante, desde que correspondam a, no mínimo, 75% da carga horária e dos conteúdos da Faculdade são automaticamente aceitos.

§ 2º. A Faculdade proporciona orientação ao aluno transferido, objetivando esclarecer convenientemente, quando for o caso, as diferenças de currículos e o seu quadro de adaptações programáticas e curriculares.

Art. 57. O requerimento de transferência será protocolado, pelo estudante, na Faculdade.

Parágrafo único - O histórico escolar, completo, do curso até então realizado, os programas das disciplinas cursadas deverão ser entregues no ato do requerimento para a análise.

Art. 58. Para efeito de matrícula, a Faculdade exige do transferido a apresentação dos documentos, disciplinados em normativas próprias.

Art. 59. Do servidor estudante que necessita mudar seu domicílio para exercer cargo ou função pública, civil ou militar, a Faculdade aceita transferência ex officio, independentemente da existência de vaga e de época, desde que requerida em razão de comprovada mudança de residência.

Parágrafo primeiro - O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro e aos filhos ou enteados do servidor que vivam em sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda com autorização judicial.

Parágrafo segundo - Quando a transferência se processa durante o período letivo, podem ser aproveitadas notas ou conceitos, aprovação e frequência obtidas na Instituição de Ensino Superior – IES de origem, até a data em que dela se tenha desligado ou transferido.

Parágrafo terceiro - Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por lei especial que lhes assegure a transferência, em qualquer época e independente da existência de vaga;

Art. 60. No ato do requerimento de transferência para a Faculdade o estudante declarará, por escrito, conhecimento pleno de normas que regem o processo, comprometendo-se com o fiel cumprimento dos ordenamentos básicos da instituição e sujeitando-se à disciplina correspondente à sua condição de aluno transferido.

Art. 61. A transferência do estudante, para outra IES será feita mediante requerimento e expedição de Histórico Escolar que ateste as disciplinas cursadas e respectiva carga horária, bem como o desempenho do estudante.

Parágrafo primeiro - A transferência suspende as obrigações financeiras do aluno para com a Faculdade, a partir do mês seguinte ao vencido.

Parágrafo segundo - Quando o aluno perder o vínculo com o curso e a Faculdade, a Secretaria Acadêmica pode expedir certidão dos estudos realizados, a requerimento do aluno.

Art. 62. O aproveitamento de estudos pode ser concedido a qualquer aluno, mediante análise de seu histórico escolar e programas cursados com êxito.

Parágrafo único - Podem, ainda, ser aproveitadas competências adquiridas pelo aluno, de acordo com a legislação vigente e as normas expedidas pelo CONSU.

Art. 63. Havendo vaga, a Faculdade pode matricular aluno considerado desistente de qualquer de seus cursos ou desvinculado institucionalmente, mediante processo seletivo.

Parágrafo único. O aluno matriculado nos termos deste artigo sujeita-se ao currículo vigente à época do reingresso.

CAPÍTULO XII

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

NOS BACHARELADOS E LICENCIATURAS PRESENCIAIS

Art. 64. A avaliação do desempenho acadêmico nos cursos presenciais de bacharelado e licenciatura é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 65. A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 66. O aproveitamento acadêmico é avaliado por meio de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtido nos exercícios escolares e no exame final.

Parágrafo único - A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de zero a 10 (dez).

Art. 67. Atendida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no bacharelado e licenciatura, é aprovado:

a) independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 7 (sete), em todas as disciplinas;

b) mediante exame final, o aluno que tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 7 (sete), porém não inferior a 4 (quatro) e obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondente à média de aproveitamento mais nota de exame final dividido por 2 (dois), obtiver média 5 (cinco).

Parágrafo único - É vedado o Exame Final ao aluno que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 68. Não haverá segunda chamada de Exame Final, em hipótese alguma.

Art. 69. O aluno, reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, repetirá a disciplina, em período letivo posterior.

Art. 70. É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência.

Parágrafo único - O aluno, promovido em regime de dependência, deve matricular-se, preferencialmente, no período seguinte e nas disciplinas de que depende, observando-se a compatibilidade de horário e aplicando-se, a todas as disciplinas, as mesmas exigências de frequência e aproveitamento, estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 71. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério de cada Coordenação, acarretando ônus ao aluno.

Art. 72. O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo Conselho Superior, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração de seu curso, de acordo com as normas do Sistema Federal de Ensino.

CAPÍTULO XIII

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

NOS CURSOS DE TECNOLOGIA PRESENCIAL

Art. 73. Nos termos da legislação em vigor, o rendimento escolar dos alunos será avaliado quanto ao aproveitamento e assiduidade.

§ 1º. A avaliação da aprendizagem será feita em termos de competências construídas pelos alunos. Excluindo-se deste modelo os cursos Superiores de Tecnologia ofertados na modalidade a distância.

§ 2º. A assiduidade será avaliada com base na frequência do estudante às aulas e/ou atividades escolares.

Art. 74. A frequência às aulas e demais atividades letivas, permitidas apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas.

§ 1º. Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados no componente curricular os alunos que não obtenham frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

§ 2º. A ausência coletiva às aulas, por parte de uma turma ou grupo de alunos, implica a atribuição de faltas a todos os alunos faltosos, devendo o professor comunicar a ocorrência por escrito, à Coordenação do Curso.

Art. 75. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas avaliações de competências.

Art. 76. As competências são classificadas em fundamentais, necessárias e importantes:

- I** – Fundamentais: são as competências imprescindíveis para o exercício da profissão;
- II** – Necessárias: são as competências requeridas cotidianamente no exercício da profissão cuja falta pode ocasionar impactos negativos para a organização;
- III** – Importantes: são as competências não utilizadas com tanta frequência nas empresas, mas que contribuem para a melhoria do exercício profissional.

Art. 77. Ao final de uma unidade curricular, o aluno poderá ser aprovado, reprovado ou, ainda, permanecer com pendência.

- I** – Será considerado aprovado o aluno que, com uma frequência mínima de 75%, tiver construído 100% das competências fundamentais e necessárias e, no mínimo, 33% das importantes;
- II** – Será considerado em pendência o aluno que, com uma frequência mínima de 75% e que não tenha obtido a aprovação, tiver construído, no mínimo, 50% das competências fundamentais, necessárias e importantes;

III – Será considerado reprovado o aluno com frequência inferior a 75% ou que não tenha construído, no mínimo, 50% das competências previstas para a disciplina.

§ 1º. O aluno que ficar com pendência, em princípio, não precisa cursar novamente a unidade curricular, podendo construir as competências pendentes para a aprovação, bem como ser avaliado, em momentos específicos oportunizados pela Instituição.

Art. 78. Podem ser ministradas aulas para construção de competências pendentes ou adaptação de unidade curricular, em horário ou período especial, a critério de cada Coordenação de Curso, com ônus financeiro para o aluno.

Art. 79. O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de avaliação de competências, feita por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração de seu curso, de acordo com legislação e normas vigentes.

CAPÍTULO XIV

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

NOS CURSOS TECNOLÓGICOS, BACHARELADO E LICENCIATURA A

DISTÂNCIA.

Art. 80. A avaliação do desempenho acadêmico nos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia a distância, é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 81. O aproveitamento acadêmico é avaliado por meio de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtido nos exercícios escolares e no exame final.

Parágrafo único - A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de zero a 10 (dez).

Art. 82. Atendida às atividades acadêmicas, é aprovado:

a) independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 7 (sete), correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares conforme previsto no plano de ensino da disciplina;

b) mediante exame final, o aluno que tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 7 (sete), porém não inferior a 4 (quatro) e obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondente à média de aproveitamento mais nota de exame final dividido por 2 (dois), obtiver média 5 (cinco).

Art. 83. Não haverá segunda chamada de Exame Final, em hipótese alguma.

Art. 84. O aluno, reprovado por não ter alcançado a média mínima exigida, repetirá a disciplina, em período letivo posterior ou em Plano Especial de Ensino.

Art. 85. É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência.

Parágrafo único - O aluno, promovido em regime de dependência, deve matricular-se, preferencialmente, no período seguinte e nas disciplinas de que depende, observando-se a compatibilidade de horário e aplicando-se, a todas as disciplinas, as mesmas exigências de aproveitamento, estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 87. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério de cada Coordenação, acarretando ônus ao aluno.

Art. 88. O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo Conselho Superior, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração de seu curso, de acordo com legislação e normas vigentes.

CAPÍTULO XV

DO TRATAMENTO EXCEPCIONAL

Art. 89. São merecedores de tratamento excepcional os alunos matriculados nos cursos seqüenciais, de graduação ou pós-graduação, portadores de: afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes.

Art. 90. O regime excepcional estende-se à aluna gestante, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses.

Parágrafo único - Em casos excepcionais, comprovado mediante atestado médico, pode ser ampliado o período de repouso, antes e depois do parto.

Art. 91. A ausência às atividades escolares, durante o tratamento excepcional, é compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, durante esse período, com acompanhamento de professor, designado pelo Coordenador respectivo, realizados de acordo com o plano fixado, em cada caso, consoante o estado de saúde do estudante e as possibilidades da Faculdade.

Parágrafo único - Ao elaborar o plano de estudo, a que se refere este artigo, o professor leva em conta a sua duração, para que a execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo pedagógico de aprendizagem.

Art. 92. Os alunos beneficiados pelo tratamento excepcional deverão cumprir os requisitos da Faculdade relativos à avaliação do desempenho acadêmico.

Art. 93. Os requerimentos relativos ao tratamento excepcional, disciplinado neste Regimento, devem ser instruídos com laudo, firmado por profissional, legalmente habilitado.

Parágrafo único - É da competência do Diretor, ouvidas a Coordenação e Secretaria Geral, a decisão nos pedidos de tratamento excepcional.

CAPÍTULO XVI

DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Art. 94. Os estágios supervisionados constam das atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício.

Parágrafo único - Para cada aluno é obrigatória a integralização de carga horária total do estágio, prevista no currículo pleno do curso, nela podendo ser incluídas as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

Art. 95. O estágio supervisionado é regulamentado pelo Conselho Superior, ouvidas as coordenações de cursos.

CAPÍTULO XVII

DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 96. O trabalho de conclusão de curso, sob a forma de monografia ou projeto experimental, será exigido, quando constar do currículo pleno do curso.

Parágrafo primeiro - Cabem às Coordenações, fixar as normas para a escolha do tema, a elaboração, apresentação e avaliação do trabalho referido neste artigo.

Parágrafo segundo - O trabalho de conclusão de curso é regulamentado pelo Conselho Superior, ouvidas as coordenações de cursos.

TÍTULO V

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO XVIII

DO CORPO DOCENTE

Art. 97. O corpo docente é constituído por todos os professores permanentes da Faculdade.

Art. 98. Os professores permanentes são contratados pela Mantenedora, por indicação da Faculdade, segundo o regime das leis trabalhistas e de acordo com os procedimentos definidos pelo Conselho Superior para seleção e enquadramento no plano de carreira docente.

§ 1º. É obrigatória a frequência dos professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 2º. A título eventual e por tempo estritamente determinado, a Faculdade pode dispor do concurso de professores visitantes ou colaboradores, aos quais ficam resguardados os direitos e deveres da legislação trabalhista.

Art. 99. São atribuições do professor:

I – elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação do Coordenador;

II – orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;

III – registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;

IV – organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;

V – fornecer ao setor competente as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela Direção;

VI – observar o regime disciplinar da Faculdade;

VII – participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;

VIII – comparecer a reuniões e solenidades programadas pela Direção da Faculdade e seus órgãos colegiados;

IX – responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso e conservação do material colocado à sua disposição;

X – orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;

XI – planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;

XII – conservar, sob sua guarda, documentação que comprove seus processos de avaliação;

XIII – não defender idéias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito, ou que contrariem este Regimento e a legislação vigente;

XIV – comparecer ao serviço, sempre que necessário, por convocação da Coordenação ou da Direção de Faculdade;

XV – elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos e para o ENADE, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;

XVI – participar da elaboração do projeto pedagógico e institucional da Faculdade;

XVII – exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento;

XVIII – aprimorar seus conhecimentos referentes ao uso de tecnologias educacionais e de instrumentos que facilitem o aprendizado dos alunos.

CAPÍTULO XIX

DO CORPO DISCENTE

Art. 100. Constituem o corpo discente da Faculdade os alunos regulares e os alunos não regulares, duas categorias que se distinguem pela natureza dos cursos a que estão vinculados.

§ 1º. Aluno regular é o matriculado em curso de graduação, mestrado ou doutorado.

§ 2º. Aluno não regular é o inscrito em curso sequencial, de especialização, aperfeiçoamento ou de extensão e disciplina isolada.

Art. 101. São direitos e deveres dos membros do corpo discente:

I – frequentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando a máxima diligência no seu aproveitamento;

II – utilizar os serviços da biblioteca, laboratório e outros serviços administrativos e técnicos oferecidos pela Faculdade;

III – votar e poder ser votado nas eleições dos órgãos de representação estudantil;

IV – recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;

V – observar o regime disciplinar e comportar-se, dentro e fora da Faculdade, de acordo com princípios éticos condizentes;

VI – zelar pelo patrimônio da Faculdade ou colocado à disposição desta pela Mantenedora;

VII – efetuar o pagamento dos encargos educacionais nos prazos fixados.

Art. 102. A Faculdade pode instituir prêmios, como estímulo à produção intelectual de seus alunos, na forma regulada pela Direção.

Art. 103. A Faculdade pode instituir Monitoria, sendo os monitores selecionados pelos coordenadores e designados pelo Diretor, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área da monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO XX

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 104. O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem a seu cargo os serviços administrativos e técnicos de apoio necessários ao funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 105. A Faculdade zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus empregados.

Art. 106. Os servidores não docentes são contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto neste Regimento, e nas demais normas expedidas pelos órgãos da administração superior da Faculdade.

TÍTULO VI
DO REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO XXI
DO REGIME DISCIPLINAR GERAL

Art. 107. O ato de matrícula de aluno ou de investidura de profissional em cargo ou função docente ou técnico-administrativa importa em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem a Faculdade, à dignidade acadêmica, às normas contidas na legislação de ensino e neste Regimento.

Art. 108. Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o desatendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

§ 1º. Na aplicação das sanções disciplinares é considerada a gravidade da infração, à vista dos seguintes elementos:

- a)** primariedade do infrator;
- b)** dolo ou culpa;
- c)** valor do bem moral, cultural ou material atingido.

§ 2º Em caso de dano material ao patrimônio da Faculdade, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator está obrigado ao ressarcimento.

Art. 109. Os membros da comunidade acadêmica devem cooperar, ativamente, para o cumprimento da legislação educacional e deste Regimento, contribuindo para a manutenção da ordem disciplinar da Faculdade.

CAPÍTULO XXII
DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE

Art. 110. Os membros do corpo docente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

- I – repreensão, por escrito, por falta de cumprimento dos deveres docentes;
- II – suspensão, no caso de dolo ou culpa, na falta de cumprimento dos deveres, bem como na reincidência em falta punida com repreensão.

Parágrafo Único - a dispensa sem justa causa não se caracteriza com penalidade, tratando de mero ato administrativo e de gestão, efetivado pela autoridade competente.

CAPÍTULO XXIII

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

Art. 111. Os discentes ficam sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – desligamento.

Parágrafo único - A pena de suspensão implica na consignação de ausência do aluno durante o período em que perdurar a punição, ficando impedido de frequentar as dependências da Faculdade.

Art. 112. Na aplicação de sanções disciplinares, são considerados os seguintes elementos:

- I – primariedade do infrator;
- II – dolo ou culpa;
- III – valor e utilidade de bens atingidos.

§ 1º. Conforme a gravidade da infração, as penas de suspensão e desligamento podem ser aplicadas, independente da primariedade do infrator.

§ 2º. O Diretor Geral poderá determinar a instauração de processo disciplinar, designando comissão de inquérito formada de, no mínimo, três membros da comunidade acadêmica, sendo dois professores e um servidor não-docente.

§ 3º. A autoridade competente para a imposição de penalidade pode agir pelo critério da verdade sabida, nos casos em que o membro do corpo discente tiver sido apanhado em flagrante pelo seu professor ou outro superior hierárquico, na prática de falta disciplinar e desde que a pena a ser aplicada seja de advertência, repreensão ou suspensão, mediante o competente processo disciplinar.

Art. 113. As penas previstas neste Regimento são aplicadas da forma seguinte:

I – advertência da Coordenação de Curso, lavrada em livro próprio na presença de duas testemunhas quando se constatar:

a) desrespeito a qualquer membro da administração da Faculdade ou da Mantenedora;

b) perturbação da ordem no recinto da Faculdade;

c) desobediência às determinações de qualquer membro do corpo docente, ou da administração da Faculdade;

d) prejuízo material ao patrimônio da Mantenedora ou da Faculdade, além da obrigatoriedade de ressarcimento dos danos;

e) cumprimento do estabelecido neste regimento;

f) referências descorteses, desairosas ou desabonadoras a colegas, aos dirigentes ou professores e servidores da Faculdade, ainda que levados a efeito por meios eletrônicos.

II – suspensão, determinada pela Direção Geral, registrada em livro próprio, nas seguintes situações:

a) reincidência em qualquer das infrações previstas no inciso anterior;

b) ofensa ou agressão grave a membro da comunidade acadêmica;

c) uso de meio fraudulento nos atos escolares;

d) aplicação de trotes a alunos novos, que resultem em danos físicos ou morais, ou humilhação e vexames pessoais;

e) por arrancar, inutilizar, alterar ou fazer qualquer inscrição em editais e avisos afixados pela administração, em local apropriado;

f) por desobediência a este Regimento, a atos normativos baixados pela Faculdade ou a ordens emanadas da Direção, Coordenação ou Professores, no exercício de suas funções;

g) por comparecer às aulas ou nas dependências da Faculdade embriagado ou com traços de porte, utilização ou efeito de álcool e/ou qualquer outra droga regulamentada ou proibida.

III – desligamento:

- a) na reincidência em qualquer das infrações previstas no inciso anterior;
- b) por ofensa grave ou agressão aos dirigentes, autoridades e funcionários da Faculdade ou a qualquer membro dos corpos docente e discente, da Mantenedora ou autoridades constituídas, seja por meio físico e pessoal, seja por meios eletrônicos;
- c) por atos desonestos ou delitos sujeitos à ação penal;
- d) por improbidade, considerada grave, na execução dos trabalhos acadêmicos, devidamente comprovada em processo disciplinar;
- e) por aliciamento ou incitação à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação das atividades acadêmicas ou participação nesse tipo de movimento;
- f) por participação em passeatas, desfiles, assembléias ou comícios que possam caracterizar calúnia, injúria ou difamação aos dirigentes ou integrantes da Faculdade ou da Mantenedora ou perturbação do processo educacional.

Parágrafo único - Havendo suspeita de prática de crime, o Diretor deve providenciar, desde logo, a comunicação do fato à autoridade policial competente.

Art. 114. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral.

Art. 115. Instruções Normativas complementares poderão ser mais rigorosas na determinação da aplicação das medidas disciplinares descritas neste regimento.

CAPÍTULO XXIV

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 116. Aos membros do corpo técnico-administrativo aplicam-se as penalidades previstas na legislação trabalhista e, no que couber, o disposto no Capítulo II, deste Título.

§ 1º. A aplicação das penalidades é de competência do Diretor Geral, ressalvada a de dispensa ou rescisão contratual, de competência da Mantenedora, por proposta do Diretor.

§ 2º. É vedado a membro do corpo técnico-administrativo fazer qualquer pronunciamento envolvendo a responsabilidade da Faculdade, sem autorização do Diretor Geral desta.

TÍTULO VII

DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art. 117. Ao concluinte de curso de graduação e de pós-graduação, em níveis de doutorado ou mestrado, é conferido o respectivo grau e expedido o diploma correspondente.

Art. 118. Os graus acadêmicos são conferidos pelo Diretor, em sessão pública e solene do CONSU, na qual os diplomados prestarão o compromisso de praxe.

Parágrafo único - Ao concluinte que o requerer, o grau pode ser conferido em ato simples, na presença de três professores, em local e data determinados pelo Diretor.

Art. 119. Ao concluinte de curso sequencial, de pós-graduação, em níveis de aperfeiçoamento ou especialização, e de extensão é expedido certificado.

Art. 120. A Faculdade confere as seguintes dignidades:

I – Professor Emérito;

II – Professor *Honoris Causa*.

Parágrafo único - Os títulos honoríficos, uma vez aprovados pelo CONSU, são conferidos em sessão solene e pública daquele colegiado, mediante entrega do respectivo diploma.

TÍTULO VIII

DAS RELAÇÕES ENTRE A MANTENEDORA E A FACULDADE

Art. 121. A Mantenedora é responsável pela Faculdade perante as autoridades públicas e o público em geral. Cabe-lhe tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento institucional, respeitados os limites da Lei e deste Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente, a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

Art. 122. Compete, precipuamente, à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento da Faculdade, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários e assegurando-lhe os suficientes recursos humanos e financeiros.

§ 1º. A Mantenedora reserva-se a administração financeira, contábil e patrimonial da Faculdade.

§ 2º. Dependem de aprovação da Mantenedora:

- a)** o orçamento anual da Faculdade;
- b)** a assinatura de convênios, contratos ou acordos;
- c)** as decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesa ou redução de receita;
- d)** a criação ou extinção de cursos e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais;
- e)** transferência de manutenção;

Art. 123. Compete à Mantenedora designar, na forma deste Regimento, o Diretor, competindo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo da Faculdade.

Parágrafo único - Cabe ao Diretor a designação dos ocupantes dos demais cargos ou funções de direção, de chefia, coordenação ou assessoramento da Faculdade.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 124. Salvo disposição em contrário, o prazo para interposição de recursos é de cinco dias, contado da data da divulgação do ato recorrido ou de sua comunicação ao interessado.

Art. 125. Os encargos educacionais, referentes às mensalidades, taxas e demais contribuições escolares, são fixados e arrecadados pela Mantenedora, atendida a legislação vigente.

Parágrafo único - As relações entre o aluno, a Faculdade e a Mantenedora, no que se refere à prestação de serviços educacionais, são disciplinadas em contrato, assinado entre o aluno ou seu responsável e a Mantenedora, obedecidos este Regimento e a legislação pertinente.

Art. 126. Este Regimento só pode ser alterado com a aprovação de dois terços dos membros do CONSU, e em conformidade com a legislação e normas vigentes.

§ 1º. As alterações ou reformas do Regimento são de iniciativa do Diretor ou mediante proposta, fundamentada, de dois terços dos membros do CONSU.

§ 2º. As alterações ou reformas do currículo pleno ou do regime escolar deverão ser submetidas e aprovadas pelo colegiado competente da instituição, na forma das normas regimentais e publicadas conforme as normas estabelecidas pela legislação em vigor.

Art. 127. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, conforme a legislação e normas vigentes.

Curitiba, 09 de Outubro de 2014.

ATO DE APROVAÇÃO

**Aprovado o Regimento das Faculdades Integradas OPET, conforme
deliberação do CONSU, em reunião realizada no dia 09 de Outubro de 2014.**

**Andréia Cristina Caldani
Presidente do CONSU**

**José Antonio Karam
Diretor-Presidente da OPET**